



# JORNAL DO MUNICÍPIO

ANO I - NÚMERO 22 ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - RS 5 de novembro 1993

## PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 7.911

de 26 de outubro de 1993  
**Fixa o Valor de Referência Municipal - VMR, para o mês de novembro de 1993**

Dr. Mario David Vanin, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.781, de 16 de dezembro de 1991,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - O Valor de referência Municipal - VRM, de que trata a Lei nº 3.781, de 16 de dezembro de 1991, para vigência no mês de novembro de 1993, fica fixado em CR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros reais).

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 26 de outubro de 1993.  
SB/

**Dr. Mario David Vanin**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Jimmy Rodrigues**  
SECRETÁRIO GERAL

### DECRETO Nº 7.855

de 26 de agosto de 1993.

**Substitui Decreto nº 6.283, de 15 de junho de 1988, que aprovou o Loteamento denominado Popular IX (Aeroporto II).**

DR. MARIO DAVID VANIN, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, de acordo com as disposições da Lei nº 2.587, de 02 de outubro de 1980,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica substituído o Decreto nº 6.283, de 15 de junho de 1988 que aprovou o Loteamento de propriedade da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, denominado Loteamento Popular Nº IX (Aeroporto II), do Bairro Esplanada, com área de 63.877,60m<sup>2</sup>, 60m<sup>2</sup> (sessenta e três mil, oitocentos e setenta e sete metros e sessenta decímetros quadrados), dentro das seguintes medidas e confrontações: Um terreno constituído pelos lotes nºs 6, 7, 8 e 9 da quadra 3002, setor 22, zona 44, anteriormente parte dos lotes 1, 2, 3 e 6 da mesma quadra, distando aproximadamente 290,00m da esquina com a Rua Júlio Calegari, no Bairro Esplanada, sito no lado da Rua sem denominação oficial, codificada como 52-02-24, antigamente pertencente a Linha Feijó, com a área de 63.877,60m<sup>2</sup> medindo e confrontando no todo: ao norte, por 431,03m, com o limite das quadras 2971,

2972, 2974, 2975, 2976, 2983 e 3910; a leste, por 153,50 metros com terras do Município de Caxias do Sul, onde se localiza o Aeroporto Hugo Cantergiani; ao sul, por 429,03m com divisa Norte do Loteamento Montes Claros, no limite das quadras 2993, 2994, 2995, 2996 e 3910; a oeste, por 151,00m parte com terras de Zulmíro Nadyr Dartora e Outros, parte com a rua sem denominação oficial, codificada como 52-02-24 e limite com as quadras 2995, 3910, localizando-se no quarteirão formado pela Rua Julio Calegari, limite das quadras 2971, 2972, 2974, 2975, 2976, 2983, 2993, 2994, 2995 e 2996, e limite com terras do Aeroporto Municipal Hugo Cantergiani. A área supra descrita está assim constituída: conforme matrículas 42.600, com 11.705,00m<sup>2</sup>; 42.601, com 25.390,00m<sup>2</sup>; 42.691, com 12.612,60m<sup>2</sup> todas do Registro de Imóveis da 1ª Zona e matrícula nº 31.811, com 12.570,00m<sup>2</sup>, do Registro de Imóveis da 2ª Zona. Da área descrita, fazem parte, também, as matrículas nº 49.659, 49.660 e 49.661, do Registro de Imóveis da 1ª Zona, com 317,00m<sup>2</sup>, cada uma e de propriedade de terceiros, correspondendo aos lotes nºs 25, 26 e 27 da quadra nº 3766 do Loteamento, mais 1.600,00m<sup>2</sup>, de área de posse, constante da escritura pública nº 25.119/84 do 1º Tabelionato local, de posse do Município. § 1º Da área total descrita no "caput", são destinados 18.452,32m<sup>2</sup> (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), para ruas e passeios públicos.

§ 2º Além da área descrita no parágrafo anterior ficará reservada ao Poder Público, no ato do registro do Loteamento junto ao Ofício competente a área de 3.506,26m<sup>2</sup> (três mil, quinhentos e seis metros e vinte e seis decímetros quadrados), destinados a área verde. § 3º A área total do Loteamento denominada área dos quarteirões, destinada à venda, é de 41.919,02m<sup>2</sup> (quarenta e um mil, novecentos e dezenove metros e dois decímetros quadrados), sendo que, destes, 951,00m<sup>2</sup>, são de propriedade de terceiros.

§ 4º O número total de lotes é de 147 (cento e quarenta e sete) definidos em projeto, consoante planta baixa que ficará fazendo parte integrante do presente Decreto.

**Art. 2º** O presente Loteamento foi inscrito no Livro de Registro de Loteamentos sob nº 208, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, em 26 de agosto de 1993.

**Art. 3º** Sobre a área do Loteamento aprovado inexistem quaisquer direitos reais previstos pelo artigo 674 do Código Civil Brasileiro, conforme Certidões negativas fornecidas pelos Ofícios de Imóveis da 1ª e 2ª Zonas desta Comarca.

**Art. 4º** As demais normas do presente Loteamento, obedecerão no que couber ao disposto na Lei nº 2.587, de 02 de outubro de 1980.

**Art. 5º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as do Decreto nº 6.283/88.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 26 de agosto de 1993.  
ID/

**Dr. Mario David Vanin**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Jimmy Rodrigues**  
SECRETÁRIO-GERAL

### LEI Nº 4.033

de 05 de outubro de 1993.

**Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, como órgão gestor do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integra-**

#### ção de Melhoria Social - FUNDOPIMES.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, órgão gestor do FUNDOPIMES, operação de crédito até o limite de 207.789.000.000,00 (duzentos e sete bilhões e setecentos e oitenta e nove milhões de cruzeiros), reajustáveis pelo índice Geral de Preços (IGP) - Coluna 2 - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, tendo como data-base o mês de maio de 1993, cujo produto será utilizado na execução dos seguintes projetos:

- 1) desenvolvimento institucional, infra-estrutura urbana e equipamento comunitário... CR\$ 198.617.000.000,00
- 2) projeto habitacional urbanização de áreas invadidas. CR\$ 9.172.000.000,00.

**Art. 2º** Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes, estabelecidas pela autoridades monetárias federais e, notadamente, o que dispõe a Resolução nº 36/92, de 30 de junho de 1992, do Senado Federal, bem como as condições contratuais estabelecidas pelo Programa FUNDOPIMES anexo, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia para a operação de crédito de que trata esta Lei as parcelas que se fizerem necessárias para a satisfação plena das obrigações dela decorrentes, as cotas-parte da transferência do ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, repassadas pelo Estado a este Município.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os competentes créditos adicionais necessários até o limite de CR\$ 313.583.000.000,00 (trezentos e treze bilhões e quinhentos e oitenta e três milhões de cruzeiros), reajustáveis de acordo com o que preceitua o artigo 1º, tendo como data-base o mês de maio de 1993, cujos recursos serão originários de:

- 1) operação de crédito contratada com o BANRISUL S.A. - FUNDOPIMES ..... CR\$ 207.789.000.000,00
- 2) contrapartida do Município no Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES..... CR\$ 105.794.000.000,00

**Art. 5º** Os valores constantes desta Lei estão expressos em "Cruzeiros" em virtude de sua vinculação com a data-base do mês de maio, devendo, no entanto, ser convertidas em "Cruzeiros reais" - nova denominação da moeda nacional - quando de sua execução.

**Art. 6º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 4º, obedecerão ao que dispõe o artigo 43, § 1º, da Lei, nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** Os orçamentos municipais consignarão em cada exercício dotações suficientes para pagamento do valor principal do financiamento, bem como dos encargos resultantes da presente operação de crédito, ficando o Poder Executivo desde já autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares e/ ou especiais necessários.

**Art. 8º** O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, dentro de 30(tinta) dias contados da data da assinatura da operação de crédito autorizada, cópias do instrumento contratual firmado.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 05 de outubro de 1993.  
ID/

**Dr. Francisco de Assis Spiandorello**  
PREFEITO EM EXERCÍCIO.



**LEI Nº 4.036**

de 15 de outubro de 1993

Altera artigos das leis nºs 2.814, de 14 de junho de 1983, e 3.242, de 07 de junho de 1988

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** O artigo 22 de Lei nº 3.242, de 07 de junho de 1988, que denominou a rua dos Bem-Te-Vis, passa a vigor com a seguinte redação.

**Art. 22** A rua com testada oeste na rua dos Falcões e testada leste na avenida Antonio Andrighetti, tendo ao norte as quadras nºs 2803 a 2805 e ao sul a quadra nº 3637 e parte da quadra nº 3636, denominar-se-á RUA DOS BEM-TE-VIS”

**Art. 2º** O artigo 1º da Lei nº 2.814, de 14 de junho de 1983, que denominou a Avenida Andrighetti, passa a vigor com a seguinte redação.

“**Art. 1º** A rua com testada sudoeste no Travessão Victor Emanuel e testada sul na BR-453 - Estrada Rota do Sol - tendo ao norte, nordeste e noroeste as quadras nºs 2797, 2783, 2787 a 2791, 2793 a 2795, 1989, 3539, 3546, 3547, 3550, 3553 a 3557 e 2282 e ao sul, sudeste e sudoeste as quadras nºs 2712, 2798, 2801, 2802, 2804, 2805, parte da quadra nº 2626, quadras nºs 3639, 3538, 3551, 3558, 2279 a 2281, denominar-se-á AVENIDA Antonio Andrighetti”.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o artigo 27 da Lei nº 3.238, de 20 de maio de 1988. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de outubro de 1993. ID/

Dr. Francisco de Assis Spiandorello  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

**LEI Nº 4.037**

de 20 de outubro de 1993

Denomina via pública do Loteamento Residencial Angelo Michelin com o nome de Rua PROFESSORA NELLY VERONESE MASCIA

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Jornal do Município**

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12º do ADT da Lei Orgânica do Município e em consonância com a Lei nº 3.810, de 10/04/92, regulamentada pelo Decreto nº 7.395, de 05/05/92.

Rua Alfredo Chaves, S/Nº - Caxias do Sul

Telefone (PABX) 222 3344 - Telex 542 139  
Fax 054 - 222 3237

**Jornalistas responsáveis:**

**PODER EXECUTIVO:**

Jimmy Rodrigues - Reg. Prof. MTb 1.966

**PODER LEGISLATIVO:**

Guimar Chies Reg. Prof. 6068/25/5V

**Impressão:**

Empresa Jornalística STC Ltda

**Art. 1º** A rua com testada norte na avenida Assis Antonio Mariani e testada sul na Rua Marcelino Ramos, tendo a leste as quadras números 4103 e 4104, denominar-se-á Rua PROFESSORA NELLY VERONESE MASCIA.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de outubro de 1993. ID/

Dr. Mario David Vanin  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 4.038**

de 20 de outubro de 1993

Denomina via pública do Bairro Panazolo com o nome de ADELE DALFOVO LONGHI.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** A rua codificada sob o nº 44-18-19, com testada oeste no prolongamento da Rua Pistóia e testada leste na rua codificada sob o nº 44.18.15, denominar-se-á ADELE DALFOVO LONGHI.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de outubro de 1993. ID/

Dr. Mario David Vanin  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 4.034**

de 07 de outubro de 1993

Denomina rua no Bairro Planalto, com o nome de LEOPOLDO ORLANDIN

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** A rua com testada leste no prolongamento da Rua Segundo Crosa e testada oeste junto a quadra nº 3687, tendo ao norte as quadras nºs 3056, 3057 e 3039 e ao sul as quadras nºs 3050 e 3040, denominar-se-á LEOPOLDO ORLANDIN.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de outubro de 1993. ID/

Dr. Francisco de Assis Spiandorello  
PREFEITO MUNICIPAL

**COMUNICADO**

A Secretaria Municipal da Agricultura, comunica que, a partir do dia 04 de Novembro de 1993, a Feira do Agricultor terá alteração no horário de permanência nos bairro:

- **BAIRRO CINQUENTENÁRIO**

- Rua: Professora D'Ávila Pinto

- 06:00 hs - 09:00hs

- **BAIRRO RIO BRANCO**

- Rua: General Mallet

- 06:00hs - 09:00hs

A Secretaria Municipal da agricultura, comunica que no Dia 03 de Novembro de 1993, irá inaugurar a Feira do Agricultor, nas quartas-feiras, no distrito de ANA RECH.

HORÁRIO: 17:00HS - 19:00HS

LOCAL: AVENIDA ORESTES ALBÉ

Caxias do Sul, 26 de outubro de 1993.

Jaime Luiz Lovatel  
SECRETÁRIO MUN. DA AGRICULTURA

**EXTRATO DE ESTATUTO**

O Círculo de Pais e Mestres da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto José de Anchieta, fundado em 11 de setembro de 1993, em Caxias do Sul (RS) a rua Benjamin Custódio de Oliveira, S/nº, onde tem sua sede o fôro, com a finalidade precípua integrar a família com a escola e a escola com a comunidade, para o desempenho mais eficiente e auto-sustentável do processo educativo. Duração indeterminada, Administração, pelo Diretório composto de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e pessoas necessárias a função e um Conselho Fiscal, a critério da Assembléia Geral e por ela eleitos. Cabe a representação ao Presidente, que responderá pelo Círculo de Pais e Mestres em juízo ou fora dele. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da associação. Será extinta pela Assembléia para esse fim convocada, mediante votos de 2/3 dos sócios presentes e votantes, e neste caso os bens patrimoniais reverterão ao Círculo de Pais e Mestres mais próximo ao Município de Caxias do Sul (RS). Os estatutos só poderão ser alterados em Assembléia Geral com a presença de 2/3 dos sócios presentes e votantes desde que convocados especialmente para este fim. Caxias do Sul, 21 de outubro de 1993. Neri Domingos do Amaral, Presidente do CPM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 21 de outubro de 1993.

**DECRETO Nº 7.906**

de 21 de outubro de 1993

Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação pelo SAMAE, a seguinte área de terra situada no Bairro Ana Rech, dentro do Sistema Faxinal

Dr. Mario David Vanin, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, incisos III, XI da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, 5º, alínea “d”, 6º e 15 do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e as alterações introduzidas pela lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - É declarada de utilidade Pública, para fins de desapropriação pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, por servir de proteção ao Lago da barragem, pois é contínua ao lado à área a seguir descrita:

I - Uma área de terras rurais, sita no lugar denominada Travessão Cremona, distrito de ana Rech, com área de mais ou menos 70.000 m², de propriedade do Sr. **Honorato Cosma**, sem benfeitorias, confrontando: ao Norte, atualmente com terras do SAMAE; ao Sul, com ditas de José Martini; ao Leste, com terras de Antonia Razia e ao Oeste, com ditas do SAMAE.

**Art. 2º** - É declarada de urgência, nos termos e para os efeitos previstos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e as alterações introduzidas pela lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para os efeitos da desapropriação do imóvel caracterizado.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 21 de outubro de 1993. SB/

Dr. Mario David Vanin  
PREFEITO MUNICIPAL

Jimmy Rodrigues  
SECRETÁRIO GERAL



# PODER LEGISLATIVO

## RESOLUÇÃO Nº 22/A

Estabelece reajuste de vencimentos e proventos aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Caxias do Sul e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e a Mesa promulga a seguinte Resolução.

**Art. 1º** É concedido reajuste de vencimentos aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Caxias do Sul, no índice de 33,09% (trinta e três vírgula zero nove por cento), corresponde à inflação medida no período compreendido no mês de agosto de 1993.

**Parágrafo único.** O índice de 33,09% será calculado sobre os vencimentos referentes ao mês de agosto de 1993 e vigorará a partir de 1º de setembro de 1993.

**Art. 2º** O reajuste previsto no artigo 1º desta Resolução é concedido, também, sobre os valores auferidos pelos pensionistas da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

**Art. 3º** As funções gratificadas são reajustadas conforme estabelecido no artigo 1º desta Resolução.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,  
em 30 de setembro de 1993

**VEREADOR NELSON JOÃO SUZIN,**  
Presidente.

**VEREADOR ODIR FRIZZO,**  
1º Vice-Presidente

**VEREADOR GETÚLIO PAULO DEMORI,**  
2º Vice-Presidente

**VEREADOR ZORAIDO DA SILVA,**  
1º Secretário.

**VEREADOR KALIL SEHBE NETO,**  
2º Secretário

## RESOLUÇÃO DE MESA N. 39/A

Determina a forma de controle dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul.

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica do Município, institui as seguintes normas para o controle dos bens patrimoniais do Poder Legislativo.

**Art. 1º** Serão considerados, para fins de controle patrimonial, todos os bens de caráter permanente adquiridos pelo Poder Legislativo e de acordo com o que determina a legislação vigente.

**Art. 2º** Nesses serão afixadas placas de identificação com a inscrição Câmara Municipal e numeração seqüencial.

**Art. 3º** O registro dos bens serão feito de forma analítica, de acordo com o tipo de bem e o setor em que estiver alocado, mantendo-se cadastro com as especificações detalhadas e atualizadas de cada um, seja através de processo manual ou por processamento eletrônico de dados, a ser executado pelo Setor Financeiro da Câmara.

**Art. 4º** A responsabilidade pela guarda dos bens será atribuída ao detentor de cargo de chefia no setor, ao Assessor de Bancada, ao Auxiliar de Vereador, ao Diretor Administrativo e Geral, ou ainda àquele que desenvolver suas atividades em recinto independente ou isolado, cabendo a cada um o controle dos bens existentes em seu setor ou sala de trabalho.

**Parágrafo único.** Ficará a cargo do Diretor Administrativo a responsabilidade pela guarda dos bens existentes no plenário, plenarinho, sala vip, sala da presidência, hall, corredores superior e inferior e depósito superior.

**Art. 5º** A transferência ou cedência de bens de um setor para outro ou da Câmara para a Prefeitura deverão ser efetuadas mediante autorização por escrito da Direção-Geral ou da Presidência.

**Art. 6º** Nenhum bem poderá ser retirado das dependências da Câmara, a não ser para uso temporário a serviço da mesma, desde que devidamente justificado e autorizado pela Direção-Geral ou Presidência.

**Art. 7º** Toda movimentação do patrimônio deve ser comunicada ao setor responsável pelo controle dos registros.

**Art. 8º** O quadro funcional deverá zelar pela manutenção do patrimônio da Câmara, de forma que qualquer irregularidade, extravio ou dano verificado seja imediatamente comunicado à Direção ou Presidência da Casa.

**Art. 9º** Anualmente a carga patrimonial será averiguada através de inventário físico-financeiro, sendo que após cada atualização e ajustes, o Setor Financeiro distribuirá listagem aos setores da Casa.

**Art. 10º** No caso de descumprimento dos artigos 4º e 6º desta Resolução, os servidores serão enquadrados nos artigos 247 a 252 da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, sofrendo as penalidades do artigo 257 da mesma Lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,  
em 30 de agosto de 1993.

**VEREADOR NELSON JOÃO SUZIN,**  
Presidente

**VEREADOR ODIR FRIZZO,**  
1. Vice-Presidente.

**VEREADOR GETÚLIO P. DEMORI,**  
2. Vice-Presidente.

**VEREADOR ZORAIDO DA SILVA,**  
1. Secretário.

**VEREADOR KALIL SEHBE NETO,**  
2. Secretário.

## PORTARIA Nº 283/93A

Nomeia Assessor Político.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno deste Poder Legislativo e pela Resolução nº 346, de 19 de dezembro de 1989, nomeia, a contar de 1º de junho corrente, o Sr. **CARLOS ANDRÉ FRIZZO** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Político, CG-6, do Vereador Odir Frizzo. Registra-se e Cumpra-se.  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL, em 11 de junho de 1993.

**VEREADOR NELSON JOÃO SUZIN,**  
PRESIDENTE.

**MARIA LIANE TREMÊA.**  
Chefe do Setor de Pessoal.

## RESOLUÇÃO DE MESA Nº 40/A

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e, de conformidade com o Decreto Legislativo nº 09/A, de 02 de outubro de 1992, e a vista do contido no Ofício Circular nº 23/93, da Assembléia Legislativa do Estado, datado de 13 do corrente, DETERMINA:

**Art. 1º** A remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, a partir de 1º de setembro de 1993, será de CR\$ 277.300,89 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos cruzeiros reais, e oitenta e nove centavos);

§ 1º Do valor acima, CR\$ 92.433,63 (noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros reais e sessenta e três centavos), são a parte fixa da remuneração;

§ 2º. A parte variável da remuneração será de CR\$ 184.867,26 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete cruzeiros reais e vinte e seis centavos);

**Art. 2º.** A verba de Representação do Presidente da Câmara Municipal será de CR\$ 69.325,22 (sessenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco cruzeiros reais e vinte e dois centavos).

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro corrente.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL, em 17 de setembro de 1993.

**VEREADOR ZORAIDO DA SILVA,**  
1º SECRETÁRIO

**VEREADOR NELSON JOÃO SUZIN,**  
PRESIDENTE.



## ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA - XI LEGISLATURA - 18.05.93.

Aos dezoito dias do mês de maio de mil, novecentos e noventa e três, às 17h10min, reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a presidência do Vereador NELSON JOÃO SUZIN e com a participação dos Vereadores KALIL SEHBE NETO, PEDRO OLAVO HOFFMANN, WALDEMAR JONES BIGLIA, ALAOR MICHELS DE OLIVEIRA, AMADEO MÁRIO UEZ, EDSON MARCHIORO, GENI PETTEFFI, GUERINO PISONI NETTO, GETÚLIO PAULO DEMORI, PEDRO PANAZZOLO, ZORAIDO DA SILVA, EDSON HUMBERTO NESPOLO, HÊNIO VALDOMIRO ADAMATTI, JOSÉ ENEDIR DIAS BEMFICA, ADÃO JOSÉ DE CASTILHOS, CLAUDI ALVES FLORES, JOSÉ CARLOS MONTEIRO, ODIR FRIZZO, EGIDIO BASSO e WILSON TURELLA. Invocando a proteção de Deus, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos.

### EXPEDIENTE

A leitura do expediente foi procedida pela Vereadora Geni Petteffi.

### OFÍCIOS DO EXECUTIVO:

- remetendo Projeto de Lei nº 036/93, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1994 e dá outras providências;
- encaminhando Projeto de Lei nº 044/93, que Estabelece reajuste de vencimentos, salários e proventos aos servidores públicos municipais em atividade e inativos e dá outras providências;
- em atenção aos Requerimentos nºs 028/93, do Ver. Turella, 051/93, do Ver. Zoraido e 053/93, dos Vereadores Demori, Zoraido e Panazzolo;
- enviando as Leis nºs 3986, 3987, 3989 e 3993.

### EXPEDIENTES DO LEGISLATIVO:

#### Ofícios ao Executivo:

- encaminhando as Indicações nºs 339 a 353, 358 a 360/93;
- remetendo, aprovados, os Processos nºs XLVIII/93, contendo Projeto de Lei nº 035/93, e XLIX/93, contendo Projeto de Lei nº 038/93;
- enviando, em baixa, os Processos nºs XXXVI/93, XL/93 e XLII/93, contendo, respectivamente, os Projetos de Leis nºs 025/93, 028/93 e 031/93;
- confirmando à Secretaria da Habitação e Ação Social a cedência de funcionários para o Iº Seminário Regional Sobre Migração e Habitação.

#### Indicações:

- de nº 361/93, da Mesa da Câmara, encaminhando Projeto de Resolução que concede reajuste de vencimentos e proventos aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal e dá outras providências;
- de nº 362/93, do Ver. Alaor, construção de dois quebra-molas na Rua Moreira César, próximo ao Colégio São João Batista;
- de nº 363/93, do Ver. Alaor, substituição de lâmpadas queimadas na entrada do Bairro Serrano;
- de nº 364/93, do Ver. Alaor, patrolamento e encascalhamento da Rua Alfredo Gomes, B. Jardim Eldorado;
- de nº 365/93, dos Vereadores Marchioro e Geni, providências para reversão ao Patrimônio do Município de áreas doadas para a construção da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto João Prativiera e do Centro de Estudos Supletivos - CES;
- de nº 366/93, do Ver. Marchioro, sugestão ao Executivo de procedimento de estudos de implementação do Fundo Rotativo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - FUNDOMICRO.

#### Requerimentos:

- de nº 066/93, do Ver. Turella, convite ao Chefe do Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, órgão da EMBRAPA, para participar de uma sessão ordinária desta Casa visando explicar sobre projetos e finalidades do Centro;
- de nº 067/93, do Ver. Zoraido da Silva, pedido de informações ao Executivo a respeito da pavimentação inconclusa na Rua Arcy da Rocha Nóbrega.

#### Moção:

- de nº 015/93, do Ver. Clauri e endossada por diversos Vereadores, de louvor pela passagem dos 15 anos do CPMEM.

#### Parecer:

- de nº 013/93, da CCJRF, sobre o Processo Leg. nº XIII/93, contendo Indicação nº 035/93.

#### Votos de Pesar:

- do Ver. Pisoni, aos familiares de Rosina Reolon Balbinot;
- do Ver. Adão, aos familiares de Mario Pio Fabris;
- do Ver. Demori, aos familiares de Olmiro Rodrigues Ribeiro;
- dos Vereadores Nespolo, Adamatti e Bemfica, aos familiares de João Ulian.

#### Ofícios Diversos:

- ao Engº Chefe do 10º DRF, encaminhando cópia do Req. nº 065/93, dos Vereadores Marchioro e Geni;
- à Direção do SER CAXIAS e ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, encaminhando a Indicação nº 327/93, do Ver. Pedro O. Hoffmann;
- ao Senador Pedro J. Simon e Deputado Roberto Freire, remetendo a Moção de Protesto nº 14/93, de diversos Vereadores;
- da Bancada do PDT, do Ver. Odir e José C. Monteiro, solicitando cópia dos Anais do pronunciamento do Ver. Turella, espaço do grande expediente da sessão ordinária do 13 do corrente, das Lideranças de Bancadas e do convidado Orlando Chemello, do grande expediente da sessão ordinária do dia 12 de maio, do Grande expediente da sessão ordinária de 12 do corrente e do pronunciamento da Sra. Maria Teresa Verdi, espaço do Grande Expediente da sessão do dia 28 de abril passado, respectivamente;
- do Ver. José C. Monteiro, solicitando a cedência do Plenarinho para o dia 18, às 19h30min;
- do Ver. Egídio Basso, indicando o Sr. Gelson Veadrigo para o cargo de Assessor Político, a partir de 11/05/93;
- do Ver. Odir Frizzo, indicando os Srs. marco A. Schommer e Gelson Veadrigo, respectivamente, para os cargos de Assessor e Auxiliar da Bancada do PSDB, a partir de 17/5/93;
- do Presidente da CFCO, Ver. Getúlio Demori, manifestando-se sobre expediente da Comissão Especial para Assuntos dos Portadores de Deficiência, da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Ledovino Piccinini, com relação à verba para a APAE;
- do Presidente da CFCO, Ver. Getúlio Demori, solicitando prorrogação pelo prazo de 15 dias para emissão de Parecer sobre o Processo nº XXXIV/93, contendo Projeto de Lei nº 023/93;
- Justificativa de encaminhamento de Substitutivo, de autoria do Vereador Pedro Olavo Hoffmann, ao Projeto de Lei nº 029/93, contido no Processo nº XLI/93;
- votos de louvor/congratulações: Deputado Gleil Santana, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Estado; SESI, CIC e UCS; Diretório Acadêmico dos Estudantes do Curso de Administração de Empresas; CTG Chegando no Rancho; DCE/UCS; Sindicato dos Assistentes Sociais; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde; aos enfermeiros dos hospitais de Caxias do Sul.

### EXPEDIENTES RECEBIDOS:

- abaixo-assinado de moradores manifestando-se contra a instalação dos "Camelôs" na Rua Borges de Medeiros;
- do Comandante do CPAS, comunicando ter sido promovido ao posto de Coronel e ter sido nomeado para o Comando da referida Corporação;
- convites: do Clube Juvenil, da Universidade de Caxias do Sul, da União das Associações de Bairros;
- Circulares nºs 30 e 031/93, da DPM;
- Of. do INMETRO, em resposta ao Requerimento nº 12/93, do Ver. Wilson Turella;
- Of. da Câmara Municipal de Restinga Seca solicitando que esta Casa apóie Projeto de Lei do Deputado Estadual José W. Correa que estabelece a distribuição do resultado do ICMS para todos os municípios;
- Informativo SCAN nº 7;
- Informe FAMURS mês de maio de 1993;
- Diário da Assembléia nº 6165.

### PEQUENAS COMUNICAÇÕES

**JOSÉ ENEDIR DIAS BEMFICA:** Leu a justificativa do voto de louvor que está apresentando aos Srs. Mário Michelon, Paulo Cardoso, César Passarinho, Francisco Koller e ao Grupo Musical os Piaizitos.

Aprovados por unanimidade do plenário os votos de louvor requeridos e submetidos à votação a seguir relacionados: do Ver. José Bemfica, aos Srs. MÁRIO MICHELON, PAULO CARDOSO, CÉSAR PASSARINHO, FRANCISCO KOLLER e ao GRUPO MUSICAL OS PIAZITOS, pela conquista do 1º lugar na III Lagoa da Canção Nativista, em lagoa Vermelha, com o endosso dos Vereadores Marchioro, Turella, Biglia, Pisoni, Nespolo, Basso, Sehbe, Clauri, Adamatti, Adão, Demori, Monteiro, Alaor, Odir e Panazzolo e da Bancada do PMDB. Do Ver. Ver. Clauri Flores, e com apoio dos Vereadores Odir e Sehbe, à PASTORAL DO MENOR, pela realização do V Ciclo de Debates sobre o Menor e Moradia.

### GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Presidente convidou o PROFESSOR ODIR FERRO-NATTO, Secretário Municipal de Educação e Cultura para assentar-se junto à Mesa, o qual, em atenção ao Requerimento nº 55/93, do Ver. Pedro Panazzolo teceu esclarecimentos sobre questões ligadas à área educacional do Município. Manifestaram-se em nome de suas respectivas Bancadas, os Vereadores Turella, Kalil, Panazzolo, Monteiro, Clauri, Bemfica, Odir e Marchioro. Após o convidado ter respondido os questionamentos, o Sr. Presidente agradeceu a presença e suspendeu a sessão para as despedidas.

**EDSON MARCHIORO:** Em Declaração de Líder, teceu considerações e críticas ao Secretário de Educação pelas in-

formações confusas que prestou. Discorreu sobre as tratativas mantidas com o Diretor-Presidente da COHAB a respeito do "Projeto Chalé", do loteamento destinado aos Cabos e Soldados da Brigada Militar. Em nome dos Vereadores Monteiro e Geni e deste que fala, elogiou o Delegado Orlando Chemello pela maneira rápida como resolveu os problemas ocorridos no Colégio Cristóvão de Mendoza.

### ORDEM DO DIA

Em discussão única, em regime de urgência, Moção nº 15/93, do Ver. Clauri Flores, de louvor pela passagem dos 15 anos do Centro de Promoção do Menor do Bairro Santa Fé. Aprovada por unanimidade do plenário.

Em discussão única, em regime de urgência, Requerimento nº 66/93, do Ver. Turella, contendo convite ao Chefe do Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, da EMBRAPA, Sr. José Fernando Protas. Aprovado por unanimidade do plenário.

Em primeira discussão, Processo nº CCXIV/92, contendo a Indicação nº 636/92, do ex-Ver. Pedro Rech, encaminhando projeto de Lei que denomina estrada municipal com o nome de Estrada Municipal Frederico Thomas. Encerrada a 1ª discussão.

### EXPLICAÇÕES PESSOAIS

**PEDRO OLAVO HOFFMANN:** Lamentou a morte do amigo Mário Fabris, dizendo ter participado com o mesmo num Congresso Sindical, no Rio de Janeiro. Opinou que a usina de lixo deveria ser construída em local onde já existe um vazadouro dizendo ser impressionante Caxias, depois de todas as pesquisas feitas, ainda não ter resolvido o problema. Com relação a não-instalação de telefones, disse que os funcionários da CRT, ao darem informações às pessoas que os procuram, atribuem o problema ao Governador Collares. Consignou que antigamente, ao contrário do que ocorre hoje, os debates mais acirrados aconteciam após a Ordem do Dia, esperando que o Regimento Interno sofria alterações nesse sentido. Voltou a afirmar que a representação popular não faz diferença dentro do CMT.

**EDSON NESPOLO:** Teceu críticas ao Ver. Turella que, antes de esgotar o debate na Casa, procura, de uma forma antiética, desmoralizar esse Poder para ocupar espaço na imprensa publicando salários e gastos com viagens, cobrando do referido Vereador um trabalho, um grande projeto que o mesmo tenha feito na Casa. Defendeu a participação dos Srs. Vereadores em Encontros por entender que se deva estar em continuo aperfeiçoamento. Prosseguiu em Declaração de Líder.

**WILSON TURELLA:** Em Declaração de Líder, disse não entender que a defesa de uma posição seja falta de ética, ressaltando que sempre fora contrário a participação de um número excessivo de Vereadores em Seminários e a favor de que a população tome conhecimento dos gastos efetuados pela Casa, uma vez que não está vendo esforço algum da Mesa no sentido de diminuir as despesas.

**EDSON MARCHIORO:** Em Declaração de Líder, passou a palavra à Vereadora Geni, que disse que o Ver. Turella deveria defender a existência de um assessor em bancada que tenha um Vereador. Tomando a si a palavra, o Ver. Marchioro teceu críticas ao Ver. Turella pela informação que considerou "malandragem" prestada à imprensa sobre as despesas da Casa com Seminários, ressaltando que sempre que tivera a oportunidade de se fazer presente aos referidos encontros sentiu que crescera como ser humano e, certamente, a produtividade deste Vereador será maior para a comunidade. Ressaltou que o linguajar será maior para a comunidade. Ressaltou que o linguajar de Fernando Collor de "cassa aos marajás" e adotada pelo referido Vereador fez com que este ficasse, novamente, na condição de Suplente.

**JOSÉ CARLOS MONTEIRO:** Disse ter respondido, quando indagado pela imprensa, que o Vereador mais esperto, mais astuto era o Ver. Wilson Turella, visto ter observado o tipo de atuação do mesmo e, que deve estar bem assessorado. Posto à Nota da Associação dos Funcionários da COMAI à comunidade caxiense, que deu ciência em sessão passada, ter sido criticada através da imprensa pelo Sr. Prefeito, leu a Ata da assembléia daquela categoria, na qual consta, dentre outras coisas, a decisão de que a referida Associação e o Sindicato continuarão a denunciar as atitudes da Administração Municipal, que se constituem em desrespeito aos funcionários. Registrou que a questão é mais ampla do que só mudanças de metodologia de parte da Direção da COMAI. Prosseguiu em Declaração de Líder.

**GETÚLIO DEMORI:** Transmitiu reclamo de algumas pessoas com relação à falta de troca nos supermercados. Com referência às taxas abusivas cobradas dos caçadores pelo IBAMA, disse entender que os valores deveriam ser devolvidos aos mesmos, visto a caça ter sido proibida no Estado. Consignou que a CEE e a CRT estão anunciando novos aumentos, consignando que o Governo tem que combater a inflação, principalmente porque o mesmo é quem a gera.

Às 19h50min., agradecendo a proteção de Deus, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão.

**VEREADOR NELSON JOÃO SUZIN,**  
Presidente.

**VEREADOR ZORAIDO DA SILVA,**  
Secretário.